

Deuteronômio – lei divina ou mosaica?

... o Senhor escreveu nas tábuas, ... os dez mandamentos,... e pus as tábuas na arca ... como o Senhor me ordenou. (Dt 10,2-5).

Também o Senhor me ordenou ao mesmo tempo que vos ensinasse estatutos e preceitos, para que os cumprísseis... (Dt 4,13-14).

... tendo Moisés acabado de escrever num livro todas as palavras desta lei, deu ordem... ponde-o ao lado da arca do pacto do Senhor... (Dt 31,24-26).

Introdução

Como sempre, usam desse livro bíblico para condenar o Espiritismo, afirmando que a evocação dos mortos é proibida por Deus. Assim, resolvemos, por agora, desenvolver uma análise para saber até onde assiste razão aos que assim pensam.

Pouco tempo atrás (abril 2006), um bispo católico apresentou aos fiéis o nosso livro *A Bíblia à Moda da Casa*, isso durante uma missa em que ele era o celebrante, dizendo ao público: “A pessoa que o escreveu é muito inteligente, mas esse livro só podia ser de um espírita”. Não poucas vezes ouvimos essa mesma cantilena. Entretanto, não ficamos chateados com isso, pois estamos certos de que realmente só poderia mesmo vir de um espírita, pois ao espírita é dito para não aceitar as coisas passivamente, que deve questionar tudo, uma vez que os que não agem assim são encabrestados pelos que se julgam donos de um determinado conhecimento.

O Sr. bispo recomendou às suas ovelhas que não lessem o tal livro. Engraçado, como são as coisas, pois, para nós, quando nos proibem de ler algo é porque não estão tão certos da verdade que acreditam proteger, porquanto, quem tem certeza de estar com ela, não teme absolutamente nada, nem mesmo pensamentos contrários. Há, ainda, aqueles que buscam mesmo é escondê-la, sem nenhum rubor no rosto.

Como nós estamos constantemente a procurá-la, como joia rara, não tememos ler nenhum livro ou artigo que seja contrário ao que achamos por certo, pois se os argumentos colocados nos convencerem de que a verdade está ali, abandonamos nosso pensamento anterior sem qualquer tipo de constrangimento: “*conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*” (Jo 8,32)

Deuteronômio: lei divina ou lei de Moisés?

É no livro Deuteronômio que buscam a base para a condenação do Espiritismo. Nós procuraremos demonstrar que são completamente incoerentes nessa assertiva, uma vez que, além de confundirem o objeto da proibição, nem eles mesmos fazem questão de cumpri-lo, usando, portanto, de dois pesos e duas medidas.

Primeiramente é importante saber o que significa Deuteronômio:

O título grego do livro significa segunda lei ou cópia da lei: lei, porque o livro tem muito de código legal; segunda, porque outra a precedeu. Os judeus o chamavam *debarim*, ou seja, palavras: porque o livro, até o final do capítulo 33, é um longo discurso de Moisés. Um discurso no qual cabem muitas coisas. Se nos limitarmos a indicações programáticas, apontaríamos: começa o retrospectivo (1,1); começa a legislação (4,44); começa a aliança (28,69); começam as bênçãos (33,1). (Bíblia do Peregrino, p. 292).

O que contém:

O Código deuteronomico contém também prescrições alheias ao Código da Aliança e por vezes arcaicas, que provêm de fontes desconhecidas. (Bíblia de Jerusalém, p. 30)

Antes de morrer, Moisés dá início ao assentamento das tribos. Promulga um código que prevê e decide as situações mais importantes da comunidade: monarquia, sacerdócio, profetismo, culto, justiça social, guerra e paz, família, escravidão e sociedade, direito civil, processual e penal. (Bíblia do Peregrino, p. 292).

12,1-26,19. A *Lei deuteronomica* contém leis que se referem aos vários aspectos da vida nacional, como leis sociais, culturais e criminais. (Bíblia Sagrada Vozes, p. 211).

O livro não é uma simples repetição da legislação contida nos livros precedentes, mas além de leis novas, oferece complementos, esclarecimentos e modificações às primeiras. É, de certo modo, uma segunda lei, promulgada no fim da longa peregrinação dos israelitas, paralela à lei dada no Sinai e destinada a regular mais de perto a vida do povo escolhido, no solo da Terra Prometida à qual eles estavam para chegar e dela tomar posse definitiva. (Bíblia Sagrada Paulinas, p. 183).

Qual é a sua verdadeira origem? Resposta: **“O Decálogo, dentro da Aliança, é a única Lei que provém diretamente de Deus; tudo o mais vem de Moisés (Bíblia Sagrada Santuário, p. 242). (grifo nosso).**

Quem quiser pode confirmar, que várias prescrições contidas nele podem ser encontradas no Código de Hamurabi, escrito cerca de 1780 antes de nossa era:

“A lei sobre os escravos já aparece no Código da Aliança (Ex 21,1-5), como aparece também no Código de Hamurabi (art. 117), mas é fácil ver-se a grande diferença com a escravatura greco-romana”. (Bíblia Sagrada Santuário, p. 255).

“A lei de talião assenta-se em instituições sedentárias (Ex 21,24; Lv 24,19), contra os costumes nômades baseados nas represálias (Gn 4,15-24). O equilíbrio dos clãs exigia a lei de talião, em que o culpado é posto no lugar de sua vítima, existente no Código de Hamurabi (195, 197, 200, 210, 230)”. (Bíblia Sagrada Santuário, p. 260).

“O código de Hamurabi (par. 129) é mais benigno para estes casos que a lei de Israel”. (Bíblia Sagrada Santuário, p. 264).

Entendemos que, se esse livro, o Deuteronomio, fosse mesmo todo de origem divina, os que têm a Bíblia como fundamento de sua religião, não deveriam deixar de segui-lo. Entretanto, não é o que observamos, já que, entre várias outras coisas, não cumprem:

Dt 21,15-16: *Se um homem tiver duas mulheres, uma a quem ama e outra a quem aborrece, e uma e outra lhe derem filhos, e o primogênito for da aborrecida, no dia em que fizer herdar a seus filhos aquilo que possuir, não poderá dar a primogenitura ao filho da amada, preferindo-o ao filho da aborrecida, que é o primogênito.*

Dt 21,18-21: *Se alguém tiver um filho contumaz e rebelde, que não obedece à voz de seu pai e à de sua mãe, e, ainda castigado, não lhes dá ouvidos, pegarão nele seu pai e sua mãe e o levarão aos anciãos da cidade, à sua porta, e lhes dirão: Este nosso filho é rebelde e contumaz, não dá ouvidos à nossa voz: é dissoluto e beberrão. Então todos os homens da sua cidade o apedrejarão, até que morra; assim eliminarás o mal do meio de ti: todo o Israel ouvirá e temerá.*

Dt 22,10: *Não lavrarás com junta de boi e jumento.*

Dt 22,23-24: *Se houver moça virgem, desposada, e um homem a achar na cidade e se deitar com ela, então trareis ambos à porta daquela cidade, e os apedrejareis, até que morram; a moça, porquanto não gritou na cidade, e o homem, porque humilhou a mulher do seu próximo; assim eliminarás o mal do meio de ti.*

Dt 23,2: *Aquele a quem forem trilhados os testículos, ou cortado o membro viril,*

não entrará na assembleia do Senhor.

Dt 23,3: *Nenhum bastardo entrará na assembleia do Senhor; nem ainda a sua décima geração entrará nela.*

Dt 23,14: *Dentre as tuas armas terá um pau; e quando te abaixares fora, cavarás com ele, e, envolvendo-te, cobrirás o que defecaste.*

Dt 25,5: *Se irmãos morarem juntos, e um deles morrer, sem filhos, então a mulher do que morreu não se casará com outro estranho, fora da família; seu cunhado a tomará e a receberá por mulher, e exercerá para com ela a obrigação de cunhado.*

Dt 25,11-12: *Quando brigarem dois homens, um contra o outro, e a mulher de um chegar para livrar o marido da mão do que o fere, e ela estender a mão, e o pegar pelas suas vergonhas, cortar-lhe-ás a mão: não a olharás com piedade.*

Diante do exposto, só mesmo por um fundamentalismo exacerbado pode-se atribuir tais passagens como fruto de inspiração divina.

Jesus disse, por várias vezes, *“aprendeste o que foi dito”* (leia-se: com Moisés), eu porém vos digo, conforme narra Mateus (5,21.27.31.33.38.43); sendo que algumas delas foram radicalmente contra o que se constava na legislação anterior, lei mosaica, como a questão do olho por olho, a do adultério e sobre o divórcio (Dt 19,21; 22,22; 24,1). Ele recomendou-nos amar até os inimigos, enquanto Moisés permitia odiá-los (Lv 19,18 e Mt 5,43).

Entretanto quanto aos Dez Mandamentos, Jesus não os altera ou modifica, apenas os vincula, como dependentes destes dois princípios: *“amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a ti mesmo”* (Mt 22,37-40). E quando lhe perguntam o que fazer para herdar a vida eterna, ele, primeiramente, cita que se deve cumprir os Dez Mandamentos, para depois também ressaltar a caridade em favor do próximo (Lc 18,18-22).

Há uma passagem muito clara quanto ao tempo em que vigoraram a lei e os profetas; leiamos: *“A lei e os profetas vigoraram até João; desde então é anunciado o evangelho do reino de Deus, e todo homem forceja por entrar nele”*. (Lc 16,16) logo, podemos concluir que a partir dele, Jesus, o que prevalece é o Evangelho.

Mas, apesar de tudo isso, uma passagem é sempre citada como sendo a corroboração de Jesus em relação a se seguir o Antigo Testamento: *“Não penseis que vim destruir a lei ou os profetas; não vim destruir, mas cumprir”*. (Mt 5,17). Entretanto, falta aos que assim pensam um maior conhecimento bíblico, pois Jesus com o *“a lei ou os profetas”*, se é que disse isso, estava se referindo às profecias, que acreditavam existir a seu respeito, como podemos comprovar em:

Lc 24,44-48: *“Depois lhe disse: São estas as palavras que vos falei, estando ainda convosco, que importava que se cumprisse tudo o que de mim estava escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então lhes abriu o entendimento para compreenderem as Escrituras; e disse-lhes: Assim está escrito que o Cristo padecesse, e ao terceiro dia ressurgisse dentre os mortos; e que em seu nome se pregasse o arrependimento para remissão dos pecados, a todas as nações, começando por Jerusalém. Vós sois testemunhas destas coisas”*.

E para que não paire nenhuma dúvida que Moisés implantou diversas leis que, para dar sustentação à sua liderança frente ao povo judeu, disse terem vindo de Deus; vemos que, quando guarda as leis divinas dentro da Arca da Aliança (Dt 10,5), ele só coloca os Dez Mandamentos, gravados nas duas tábuas; as outras, as que ele mesmo instituiu, nitidamente reguladoras das relações sociais, foram deixadas do lado de fora da Arca (Dt 31,26), numa evidente demonstração da superioridade das primeiras em relação às segundas, já que ele nem ousou guardá-las dentro da Arca, consciente de que não provinham mesmo de Deus. As seguintes passagens confirmam o que estamos falando:

Dt 4,1-2.5-6: *“Agora, pois ó Israel, ouve os estatutos e as normas que eu hoje vos ensino a praticar, a fim de que vivais e entreis para possuir a terra que vos dará*

Iahweh, o Deus de vossos pais. Nada acrescentareis ao que eu vos ordeno, e nada tirareis também: observareis os mandamentos de Iahweh vosso Deus tais como vo-los prescrevo. Eis que vos ensinei estatutos e normas, conforme Iahweh meu Deus me ordenara, para que os ponhais em prática na terra em que estais entrando, a fim de tomardes posse dela. Portanto, cuidai de pô-los em prática, pois isto vos tornará sábios e inteligentes aos olhos dos povos”.

Dt 4,13-14: “Ele vos revelou então a Aliança que vos ordenara cumprir: as Dez Palavras, escrevendo-as em duas tábuas de pedra. Nessa ocasião Iahweh ordenou-me ensinar-vos estatutos e normas, para que os cumprais na terra para a qual passais, a fim de tornardes posse dela”.

Jr 7,21-22: “Assim diz o SENHOR dos Exércitos, o Deus de Israel: Ajuntai os vossos holocaustos aos vossos sacrifícios, e comei carne. Porque nunca falei a vossos pais, no dia em que os tirei da terra do Egito, nem lhes ordenei coisa alguma acerca de holocaustos ou sacrifícios.”

Observe que é clara a separação entre os Dez Mandamentos e os estatutos e normas, obviamente porque são frutos do pensamento de Moisés, não sendo, portanto, de inspiração divina. Quanto aos holocaustos ou sacrifícios em Êxodo e Levítico há inúmeras determinações sobre esse ritual, certamente instituído por Moisés, uma vez que em Jr 7,21-22 Deus nega ser o autor disso. Em algumas Bíblias percebemos que os tradutores sabem muito bem dessa separação, veja:

O autor distingue as “Dez Palavras” (cf. 5,4s), escritas pelo próprio Deus sobre as tábuas de pedras (Ex 34,18; Dt 5,22), e os “estatutos e normas”, isto é, o Código Deuteronomico (cf. 12,1; 26,16). (Bíblia de Jerusalém, p. 263).

Conforme a concepção do Dt, Moisés recebeu no Horeb só as “dez palavras” (5,22). Recebeu também a ordem genérica de dar mais tarde aos israelitas uma série articulada de “mandatos e decretos”. No deserto, os israelitas se atêm aos dez mandamentos; em Moab, Moisés promulga novos decretos, que de algum modo especificam e comentam o Decálogo (como veremos). (Bíblia do Peregrino, p. 301).

Continuando com as passagens:

Dt 4,44: “Esta é a Lei que Moisés promulgou para os israelitas. São estes os testemunhos, os estatutos e as normas que Moisés comunicou aos israelitas, quando saíram do Egito,”

Dt 5,22: “Tais foram as palavras que, em voz alta, Iahweh dirigiu a toda a vossa assembleia no monte, do meio do fogo, em meio a trevas, nuvens e escuridão. Sem nada acrescentar, escreveu-as sobre duas tábuas e as entregou a mim”.

Dt 10,1-5: “Iahweh disse-me então: ‘corta duas tábuas de pedra como as primeiras e sobe até mim, na montanha. Faze também uma arca de madeira. Escreverei sobre as tábuas as palavras que estavam sobre as primeiras tábuas que quebraste, e tu as colocarás na arca’”. ... Ele, então, escreveu sobre as tábuas o mesmo texto que havia escrito antes, as Dez Palavras que Iahweh vos tinha falado na montanha, do meio do fogo, no dia da assembleia. A seguir Iahweh entregou-as a mim. Depois voltei-me, desci da montanha e coloquei as duas tábuas na arca que eu havia feito. E elas permaneceram lá, conforme Iahweh me ordenara”.

Dt 10,12-13: “E agora, Israel, o que é que Iahweh teu Deus te pede? Apenas que temas a Iahweh teu Deus, andando em seus caminhos, e o ames, servindo a Iahweh teu Deus com todo o teu coração e com toda a tua alma, e que observes os mandamentos de Iahweh e os estatutos que eu te ordeno hoje, para o teu bem”.

Dt 31,24-26: “Quando acabou de escrever num livro esta Lei até o fim. Moisés ordenou aos levitas que carregavam a Arca da Aliança de Iahweh: “Tomai este livro da Lei e colocai-o ao lado da Arca da Aliança de Iahweh vosso Deus. Ele estará ali como um testemunho contra ti”.

Passagens que não deixam dúvidas quanto à questão de existir a Lei de Deus, de caráter moral e permanente, consubstanciada nos Dez Mandamentos, e as leis mosaicas de cunho cerimonial e transitório.

Quando do término do templo construído por Salomão, introduzem a Arca da Aliança para seu interior; aí é confirmado o que contém a Arca; leiamos: *"Nada havia na arca, senão as duas tábuas de pedra, que Moisés ali pusera, junto a Horebe, quando o Senhor, fez um pacto com os filhos de Israel, ao saírem eles da terra do Egito"* (1Rs 8,9).

Então o que continha a Arca era exatamente as duas tábuas com os Dez Mandamentos, que ninguém duvida que sejam mesmo provenientes da vontade de Deus, já que esse objeto era sagrado e por esse motivo nele se guardava o que reputavam como sendo da divindade.

Conclusão

O que aqui colocamos são elementos suficientes para convencer aos de mente aberta, os que não estão presos a dogmas ou "verdades" estabelecidos pela liderança religiosa, que nada mais refletem senão os seus interesses financeiros, já que a esmagadora maioria dela vive de sua religião, quando deveriam viver para a mesma.

E reafirmando ainda mais o que já dissemos, diremos que realmente não é a palavra de Deus, já que não fazem também questão de manter a fidelidade ao texto original, o que seria improvável de se fazer, caso pensassem mesmo serem tais determinações providas do Criador. Se *"A verdade não pode existir em coisas que divergem"* (S. Jerônimo), então estaremos aguardando alguém nos apontar qual delas é a mais verdadeira que as outras, aquela em que poderemos confiar ser fielmente tal e qual aos originais. Vejamos o seguinte quadro:

Deuteronômio 18,10-11: a respeito da proibição de consultar os mortos			
Análise das três últimas recomendações citadas nessa passagem:			
Bíblias Católicas			
de Jerusalém	interrogue espíritos	adivinhos	invoque os mortos
Barsa	consulte Píton	adivinhos	nem quem indague dos mortos a verdade
Ave Maria	espiritismo	à adivinhação	à evocação dos mortos
Paulinas	quem consulte aos nigromantes	adivinhos	indague dos mortos a verdade
Santuário	espiritismo	aos sortilégios	à evocação dos mortos
do Peregrino	espiritistas	adivinhos	nem necromantes
Vozes	consulte médiuns	interrogue espíritos	evoque os mortos
Pastoral	consulte espíritos	adivinhos	invoque os mortos
Bíblias Protestantes			
SBB	quem consulte um espírito adivinhante	mágico	quem consulte os mortos
Novo Mundo	alguém que vá consultar um médium espírita	um prognosticador profissional de eventos	consulte os mortos
Mundo Cristão	necromante	mágico	consulte os mortos

O que vemos aqui é uma pequena amostra das modificações e adulterações grosseiras dos textos sagrados, para se ajustarem às suas conveniências doutrinárias ou objetivando perseguir a uma determinada corrente religiosa, no caso, o Espiritismo. Para os que não sabem os termos Espiritismo, Espiritista e médium foram criados por Kardec, trazidos a público em 18 de abril de 1857, quando da primeira publicação de *O Livro dos Espíritos*; inclusive tais termos não existem na língua hebraica, grega e latina, conforme nos informa Severino Celestino, em *Analisando as Traduções Bíblicas*.

Se fosse mesmo proibida por Deus a comunicação com os mortos, então Jesus teria infringido uma lei divina, quando, no monte Tabor, estabelece contato com os espíritos Moisés e Elias; e não nos venham com a falácia de que Jesus pode! Como Jesus não infringiu nós, os espíritas, também não estamos infringindo, pois não disse ele que *"tudo o que eu fiz vós podeis fazer e até coisas inda maiores"* (Jo 14,12), nos colocando no mesmo plano dele? Paulo

disse: "*Sede meus imitadores, como também eu sou de Cristo*" (1Cor 11,1). Então, se houve mesmo uma proibição à evocação de mortos, esse episódio é a revogação plena dessa determinação.

Fica-nos a dúvida se os que se apegam à proibição de necromancia acreditam que os mortos possam se comunicar, pois nos parece incoerente proibir-se algo que não possa acontecer. No entanto, o episódio da Transfiguração revela ser possível essa comunicação, enquanto o episódio de Saul com a necromante nos mostra que o objeto da proibição (necromancia) se deve, ao que nos parece, à finalidade e à forma de evocação e não ao fato em si. E se os mortos não se comunicam, quem se apresentou se fazendo passar por Jesus, três dias após sua morte? O demônio disfarçado? Ilusão dos discípulos? Ficção dos "inspirados" autores bíblicos? Deixamos essas perguntas para reflexão do leitor.

Raciocinemos: se nós, simples mortais, não criamos algo que só venha, o tempo todo, a nos causar aborrecimento, por ser absolutamente ilógico, por que, então, admitimos a possibilidade de ser abominável para Deus a comunicação com os mortos? Ora, se os mortos se comunicam conosco, foi porque Ele criou uma lei para o intercâmbio entre os dois mundos. Além disso, é forçoso admitir a realidade do fato, porquanto, também seria ilógico proibir algo que não pudesse acontecer.

Paulo da Silva Neto Sobrinho
Vladimir Vitoriano da Silva
Mai/2005.

Referências Bibliográficas:

- A Bíblia Anotada. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.
- Bíblia Sagrada. São Paulo: Ave Maria, 1989.
- Bíblia Sagrada, Edição Barsa. Rio de Janeiro: Catholic Press, 1965.
- Bíblia Sagrada, Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 2001.
- Bíblia Sagrada, São Paulo: Paulinas, 1980.
- Bíblia Sagrada, Aparecida-SP: Santuário, 1984.
- Bíblia Sagrada, Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.
- Bíblia de Jerusalém, nova edição. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia do Peregrino. São Paulo: Paulus, 2002.
- Bíblia Sagrada, Sociedade Bíblica do Brasil, Brasília, DF, 1969.
- Escrituras Sagradas, Tradução do Novo Mundo das. Cesário Lange, SP: STVBT, 1986.
- SILVA, S. C. *Analisando as Traduções Bíblicas*, João Pessoa, 2001.